



Ano XI nº. 409 – setembro 2011

Índice

FSI pedem mudanças no sistema financeiro	01
Metalúrgicos discutem acordo Transpacífico	02
Redução de contingente no Haiti é consenso na UNASUL	03
"EUA têm mais inimigos hoje do que tinham em 2001"	03
Como o sistema financeiro criou	05

INTERNACIONAL

As Federações Sindicais Internacionais reivindicam mudanças nas instituições financeiras

Com a perspectiva de que com uma nova recessão econômica mundial sejam perdidos milhões de empregos, as Federações Sindicais Internacionais reivindicam que as Instituições Financeiras e o Grupo G20 parem de adotar políticas econômicas destrutivas e contraproducentes que apenas provocarão um novo aumento mundial do desemprego.

Depois de fazer uma ampla análise da crise financeira mundial de 2008 e o risco de uma nova recessão em 2011, a Federação Internacional de Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas – FITIM e as demais Federações Sindicais Internacionais (UIA, ISP, UNI, ICEM, FITCOM, FITV e outras), assim como a Confederação Internacional – CSI e a Comissão Sindical Consultiva frente a OCDE (CSC) reivindicaram mudanças na atuação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, que realizarão suas reuniões com os Ministros de Economia, entre 23 e 25 de setembro, em Washington (Estados Unidos).

Na declaração de 12 páginas, os sindicatos defendem a adoção de medidas que criam empregos, tais como a execução de programas de infra-estrutura, de melhoria da saúde e da educação, investimentos relacionados ao clima, em lugar de políticas de contenção fiscal, através do contingenciamento de programas sociais, como têm feito esses organismos. Alertam que tais medidas afetarão os mais pobres e vulneráveis. Afirmam que com essa política corremos o risco de que se crie uma "geração de crianças e jovens que não tenham acesso a uma educação substantiva e adequada".

As organizações sindicais reivindicam do FMI a apoiar a reestruturação da dívida e a adoção de um imposto sobre transações financeiras que está sendo proposto pela Alemanha e França, para que esse ajude a financiar programas de recuperação com grande utilização de mão de obra e programas de desenvolvimento e proteção do meio ambiente.

Os sindicatos pedem à Junta de Estabilidade Financeira, criada depois da crise de 2008, que as instituições financeiras e os países que as integram regulem o sistema financeiro, controlem a economia financeira não bancária, os fundos de cobertura e as sociedades de fundos de investimento e eliminem os paraísos fiscais.

Outra crítica sindical foi sobre a dependência do "Doing Business do Banco Mundial" e da Corporação Financeira Internacional: "As revoltas populares nos países do Oriente Médio e África do Norte mostram a falta de visão de marcos analíticos que ignoram fenômenos como o persisten-

te e elevado desemprego, particularmente entre os jovens; a exorbitante desigualdade de salários; a concentração da riqueza da exploração dos recursos naturais, a indústria, o comércio e as finanças em poucas mãos, que muitas vezes dão lugar à privatização de ativos estatais; a falta de liberdade sindical e de expressão e a repressão política.”

Alguns dos países cujos regimes foram derrubados, já foram considerados grandes realizadores mundiais por “Doing Business do Banco Mundial, ou declarados paladinos de sucessos macroeconômicos exemplares pelo FMI. Um exemplo contrário, destacado pelas organizações sindicais mundiais é o Brasil, “anteriormente um dos países mais desiguais do mundo, onde o melhor acesso a educação, os programas de combate a pobreza e a elevação do salário mínimo têm contribuído para reduzir as desigualdades de renda da última década”.

O texto completo da Declaração pode ser encontrado na página da FITIM e do Global Unions – apenas em inglês – 05/09/2011- http://www.imfmetal.org/files/11082416234079/statement_imfwb_0911.pdf

Sindicatos de metalúrgicos discutem o Acordo Transpacífico

A FITIM organizou uma reunião em Genebra dia 29 de agosto passado, entre os filiados da Ásia e Pacífico, para discutir as negociações com vistas a um Acordo de Associação Transpacífico (TPP). No encontro definiu-se uma estratégia sindical conjunta para que o principal objetivo do acordo seja a criação de empregos de qualidade e a promoção das normas fundamentais do trabalho.

A TPP tem com projeto liberalizar as economias da região da Ásia e do Pacífico. As negociações estão ocorrendo junto com as reuniões de cúpula da APEC (Cooperação Econômica Ásia Pacífico). Os países que iniciaram o acordo em 2006, foram Brunei, Chile, Nova Zelândia e Singapura. Atualmente cinco países, inclusive nas Américas, estão negociando sua incorporação ao grupo: Austrália, Malásia, Peru, Estados Unidos e Vietnã. Os negociadores desejam concluir o processo em novembro de 2011.

Os participantes analisaram o processo e demonstraram preocupações sobre os efeitos sobre a categoria metalúrgica e formularam um conjunto de propostas que através de uma Declaração da FITIM apresentarão aos seus governos antes da próxima rodada de negociações, que ocorrerá em Chicago, neste mês de setembro.

Para os sindicatos um possível TPP têm que incluir um exame estratégico das repercussões dos acordos anteriores e uma avaliação previa dos impactos potenciais sobre os postos de trabalho e as condições de emprego e perspectivas de desenvolvimento em cada um dos países participantes. Além disso, defendem a inclusão de um capítulo relativo ao trabalho, visando garantir que todos os países participantes respeitem os direitos fundamentais dos trabalhadores e cumpram com as normas de trabalho pertinentes, consagradas pelas convenções da OIT.

Outra demanda é a de que o TPP não inclua disposições (como privatizações e/ou reduções) sobre serviços públicos essenciais; regras que possam limitar o direito soberano dos governos a legislar em defesa dos interesses de seus cidadãos, ou impedir o acesso a medicamentos acessíveis e nem compromissos sobre os serviços financeiros e investimentos que possam limitar a capacidade dos países para controlar os fluxos de capital e minar a regulação financeira efetiva. (30 de agosto, 2011)

Os trabalhadores de Maruti-Suzuki na Índia lutam em defesa do sindicato

Desde 29 de agosto, do sindicato da empresa de Maruti-Suzuki Índia quer que os trabalhadores assinem uma promessa de “boa conduta” para poder entrar na planta; principalmente aqueles afetados pelo fechamento da empresa e que se recusam a renunciar a seus direitos sindicais.

Desde essa data a direção da empresa demitiu 23 trabalhadores e suspendeu outras 34 pessoas, sob a acusação de terem má conduta e instigarem colegas a parar a produção.

A planta emprega cerca de 3.500 trabalhadores: 900 regulares, 1.500 em treinamento e 1.100 por contrato e aprendizes e, segundo o sindicato (Maruti Suzuki Employees Union- MSEU) afirma que a produção está totalmente parada desde o dia 29 de agosto.

O conflito teve início dia 3 de junho deste ano, quando trabalhadores da planta de MSIL Manesar solicitaram o registro do Maruti-Suzuki Employees Union (MSEU) e como resposta a empresa pediu que assinassem declarações de que não participariam do novo sindicato. A reação dos trabalhadores foi imediata e no dia 4 de junho começou a greve. (*Página da FITIM - <http://www.imfmetal.org/index.cfm?c=27466&l=28> - 08/09/2011*)

Redução de contingente no Haiti é consenso na UNASUL

As chancelarias e os ministerios de Defesa da União de Nações Sulamericanas - Unasul reuniram-se em Montevideo no dia 8 de setembro e decidiram promover uma redução gradual das tropas no Haiti, retornando à quantidade que havia antes do terremoto (12 de janeiro de 2010).

O Ministro de Defesa brasileiro, Celso Amorim, propôs que a redução fosse entre 10% e 15%-o Brasil é o único dos países membros que tem voto no Conselho de Segurança e é o país de onde provem a maior parte do contingente que integra a Missão de Estabilização das Nações Unidas (MINUSTAH).

Com este posicionamento a UNASUL apoia a proposta do presidente haitiano, Michel Martelly, para quem os países que integram a MINUSTAH devem passar a dedicar-se mais à cooperação internacional para programas sociais e econômicos que tarefas de segurança.

O chileno Mariano Fernández, chefe da MINUSTAH, que foi chanceler de Michelle Bachelet, destacou que a tarefa da MINUSTAH é fortalecer as instituições haitianas e que a posse de um novo presidente representa um passo importante. (El Pais, 09/09/2011)

"EUA têm mais inimigos hoje do que tinham em 2001"

Eduardo Febbro

François Bernard Huyghe, professor de Ciências Políticas e pesquisador no Instituto de Relações Internacionais e Estratégicas (IRIS), dá entrevista e analisa os dez anos transcorridos desde os atentados de 11 de setembro de 2001.

Dez anos depois do 11 de setembro fica no ar algo como um balanço nefasto, tanto para os seguidores da Al-Qaeda quanto para os Estados Unidos. As revoltas árabes que estouraram em 2011 são uma poderosa negação das teses da Al Qaeda e, ao mesmo tempo, desmascaram o cinismo ocidental.

A primavera árabe se inscreve em uma lógica oposta às ideias da rede de Bin Laden. Para a Al Qaeda, os muçulmanos tinham só duas opções: submeter-se ao Ocidente ou a ditaduras pró-ocidentais como a de Mubarak no Egito; ou se comprometer com a Jihad, a guerra santa, e combater. Mas nos damos conta de que existia ao menos uma terceira alternativa, a saber, a das revoluções democráticas. Hoje estamos então em uma nova fase na qual a Al Qaeda e a nebulosa jihadista esperam aproveitar-se da primavera árabe segundo um esquema clássico.

Contam com que a revolução popular e pacífica gere decepções, que haja desordens e tentativas reacionárias. A partir daí, os elementos mais duros jogarão a carta da radicalização da situação com a ideia de passar daí para a luta armada. Esse é o esquema que se depreende das ideias de Al-Zawahiri.

Por outro lado, Hosni Mubarak no Egito e Ben Ali na Tunísia agitaram o fantasma da Al Qaeda e com isso reprimiram a população ao mesmo tempo em que diziam ao Ocidente: "estamos do seu lado, lutamos contra os islamistas". Chegamos assim ao assombroso paradoxo de ver os EUA felicitarem-se ante a maravilhosa revolução democrática no Egito quando, na verdade, até apenas alguns meses atrás Washington despejava bilhões de dólares no Egito de Mubarak.

Outro dos grandes paradoxos do 11 de setembro reside em que os atentados serviram mais aos interesses da ideologia neoconservadora norteamericana do que aos interesses do mundo árabe.

Para os neoconservadores dos EUA, os atentados do 11 de setembro foram uma surpresa divina. Os atentados deram aos conservadores o argumento ideológico para justificar os planos que já tinham prontos, como a invasão do Iraque por exemplo. Esse argumento consistia em dizer que os EUA não eram um tigre de papel, que podiam utilizar a força e inclusive impor a democracia pela força no mundo árabe. Eles aproveitaram a ocasião para vivificar o país preconizando valores militares, de disciplina, de ofensiva.

Os neoconservadores se apegaram à locomotiva do 11 de setembro e conseguiram com isso uma influência ideológica incrível. Aproveitaram-se da situação, da personalidade do presidente Bush. Para eles, o 11 de setembro foi um pão abençoado. E creio que, ainda hoje, não estão fora do jogo. Podem voltar nas próximas eleições presidenciais e, contrariamente ao que pensam muitos analistas, os neoconservadores não estão descontentes com Obama. Eles aprovaram a decisão de enviar 20 mil soldados adicionais ao Afeganistão. Para a Al Qaeda, o fato de a primeira potência do mundo, os EUA, ter declarado guerra e apontado a rede como seu principal inimigo foi um tipo de felicidade paradoxal.

De alguma maneira continuamos mergulhados nas duas ideologias, a que Bush colocou em prática como resposta a Bin Laden.

Sim, essa corrente ideológica persiste. Por exemplo, um mês depois do assassinato de Bin Laden, Barack Obama firmou uma enésima doutrina contra o terrorismo na qual o enunciado principal segue sendo "estamos em guerra contra a Al Qaeda". A obsessão de um segundo 11 de setembro, a prioridade que se deu à ação para eliminar os terroristas e suas redes assim como os regimes que os apoiam não desapareceu. O discurso de Obama, obviamente, é diferente. O presidente diz que é preciso agir respeitando certos valores e Obama não adotou um regime jurídico excepcional como o Patriot Act.

De um 11 de setembro a outro, o do golpe de estado de Pinochet no Chile e o dos atentados de 2001, encontramos uma constante: o Estado chileno recuperado por Pinochet levou a cabo no Chile uma repressão semelhante a que Bush implementou em escala mundial na chamada guerra contra o terror. As violações de direitos humanos que vimos no Chile, Argentina, Uruguai e Brasil se reencarnaram mais tarde nas práticas da primeira potência mundial.

É certo que como resposta às guerrilhas houve um terrorismo de Estado na América do Sul. Trata-se de uma lógica clássica na qual grupos minoritários obrigam o inimigo a mostrar seu

verdadeiro rosto, desmascarando-o para mostrar que é sanguinário. Quando os Estados se veem confrontados ao terrorismo, aplicam suas próprias leis, adotam medidas, proclamam um estado de exceção e, assim, entram em uma fase repressiva que, às vezes, os leva a eliminar poucos adversários e a ter mais inimigos do que antes.

Os Estados se vêm tentados a recorrer a práticas condenáveis: prisões secretas, torturas, repressão, interrogatórios. Todos os Estados caem na tentação de responder à provocação terrorista com um terrorismo de Estado. É isso o que vemos com a reação dos EUA depois dos atentados de 11 de setembro: imagens de guerra terríveis, a prisão de Guantánamo e todo o dispositivo que foi posto em marcha com o Patriot Act. Com esse esquema, os EUA fizeram mais inimigos do que os que tinham no dia 10 de setembro à tarde. É um erro enorme do ponto de vista estratégico - Eduardo Febbro - Correspondente da Carta Maior em Paris - ALAINET, 09/09/2011.

Como o sistema financeiro mundial criou a dívida

Marco Antonio Moreno - El Blog Salmón

Ao contrário da crença popular, o dinheiro que circula pelo mundo não é criado pelos governos, mas sim pela banca privada em forma de empréstimos, que são a origem da dívida. Este sistema privado de criação de dinheiro tornou-se tão poderoso nos últimos dois séculos que passou a dominar os governos em nível mundial. No entanto, este sistema contém em si próprio a semente da sua destruição e é o que estamos experimentando na crise atual. Dados os seus níveis colossais, trata-se de uma dívida impagável.

O colapso econômico é iminente. Os países mais industrializados do mundo enfrentam uma grande crise da dívida provocada pela crise do crédito de 2008, após a crise das hipotecas imobiliárias e a queda do Lehman Brothers. Estas crises originadas por um colapso do crédito costumam ser muito mais prolongadas e profundas que as crises desencadeadas por um surto inflacionário. Grande parte do mundo enfrenta este tsunami da dívida à beira da bancarrota, como acontece com Grécia, Irlanda e Portugal. No entanto, podemos falar de bancarrota quando estes países possuem enormes riquezas em capital humano e recursos produtivos? De acordo com o atual sistema financeiro, sim. E é por isso que os serviços públicos estão sendo cortados e os bens públicos privatizados.

Ao contrário da crença popular, o dinheiro que circula pelo mundo não é criado pelos governos, mas sim pela banca privada em forma de empréstimos, que são a origem da dívida. Este sistema privado de criação de dinheiro tornou-se tão poderoso nos últimos dois séculos que passou a dominar os governos em nível mundial. No entanto, este sistema contém em si próprio a semente da sua destruição e é o que estamos a experimentar na crise atual: a destruição do sistema financeiro que temos conhecido, dado que não tem nenhum tipo de saída pelas vias convencionais. Dados os seus níveis colossais, trata-se de uma dívida impagável.

Para compreender isto, há que referir que o sistema financeiro tem funcionado sempre como um gigantesco esquema ponzi, onde os novos devedores permitem manter a velocidade do crédito. Se se produz um colapso dos novos devedores, o sistema fica sem a opção de conceder mais crédito e, à medida que esta opção se cristaliza com o tempo, o sistema inteiro entra em colapso e requer injeções de liquidez na esperança de que os fluxos voltem à normalidade. A habituação do dna coletivo à dependência do crédito produziu este retorno à normalidade durante várias décadas. Mas até o dna acusa fadiga e nesta co-dependência ao crédito recorda os sintomas da escravatura: é a escravatura da dívida.

A criação de dinheiro através do sistema de reserva fracionada

Os bancos centrais são os responsáveis pela oferta monetária primária, ou base monetária, conhecida também como dinheiro de alto poder expansivo. Este dinheiro de alto poder expansivo é o que chega aos bancos privados, que são quem o reproduz pela via do crédito. A reprodução do dinheiro original depende da taxa de encaixe, ou reservas mínimas requeridas, que produz o efeito inverso: quanto menor é a exigência de reservas, maior é a quantidade de dinheiro que a banca privada cria. Isto conhece-se como o multiplicador monetário e a sua fórmula, muito simples, é $m=1/r$, onde m é o multiplicador monetário e r o nível de reservas exigidas em percentagem.

Deste modo, perante um nível de reservas de 50% ($r=0,5$ na equação), o multiplicador monetário é 2, como era nas origens da banca inglesa no ano de 1630. Se o nível de reservas é de 20%, o multiplicador monetário é 5 e se as reservas exigidas são de 10%, o multiplicador é 10 ($m=1/0,1$), o que indica que está a multiplicar-se dez vezes a quantidade de dinheiro real oferecida pelo banco central.

Grande parte da desregulamentação financeira promovida desde os anos 80 consistiu em dar aos bancos a maior das liberdades para o montante das suas reservas. Deste modo, a clássica norma de reservas em torno de 10% ou 20% foi reduzida a níveis de 1%, e mesmo inferiores, como aconteceu com Citigroup, Goldman Sach, JP Morgan e Bank of America, que, nos momentos mais sérios, afirmavam ter uma taxa de encaixe de 0,5%, com o qual o multiplicador ($m=1/0,005$) permitia criar 200 milhões de dólares com um só milhão em depósito. E no período da bolha, as reservas chegaram a ser inferiores a 0,001%, o que indica que por cada milhão de dólares em depósito real, se criavam 1.000 milhões do nada.

Esta foi a galinha dos ovos de ouro para a banca. Uma galinha que era de todas as formas insustentável e que foi assassinada pela própria cobiça dos banqueiros que se aproximaram do crescimento exponencial do dinheiro até que este entrou em colapso, demonstrando que toda a ficção se asfixia na conjectura e nada é senão o que é. A solução que os bancos centrais ofereciam era muito simples: mal havia um aumento da inflação, elevavam a taxa de juro para assim encarecerem o crédito e bloquearem os potenciais novos empréstimos (cortando, desta forma, potenciais novos empréstimos) e incentivando, a taxas mais altas, o "aforro" seguro dos prestamistas.

Entende-se agora o abismo em que estamos e por que razão governos e bancos centrais correm a tapar esses enormes buracos que o dinheiro falsamente criado deixou? Entende-se por que razão a Fed e o BCE correm a resgatar o lixo dos ativos tóxicos criado neste tipo de operações? Se ainda há dúvidas, deixo aqui este vídeo (ver acima) que pode ajudar a compreender parte importante deste fenómeno. Este documento foi realizado em 2006 e contém sérias advertências que não foram ouvidas nem pelos governos nem pelas pessoas. Por algo será.

(*) *Artigo publicado em [El Blog Salmón](#), traduzido por Ana Bárbara Pedrosa para [esquerda.net](#) - 06/09/2011*

Brasil Metal Internacional é o boletim informativo eletrônico sobre as questões internacionais que afetam os metalúrgicos brasileiros. Ele é produzido pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT
Secretário de Relações Internacionais: Valter Sanches internacional@cnmcut.org.br